


A AFETIVIDADE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-456>

Data de submissão: 27/11/2024

Data de publicação: 27/12/2024

Júlia Gonçalves Castilho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

E-mail: julia_gcastilho@outlook.com

CPF: 068.053.711-20

Daniela Cristina Barros de Souza Marcato

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9039-9881>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

E-mail: daniela.marcato@ufms.br

RESUMO

O presente artigo apresenta uma pesquisa teórica que visou refletir sobre a importância da afetividade nas práticas da Educação Infantil. Para tal, fundamentou-se na visão de Educação Infantil estabelecida legalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) e a concepção de criança delas decorrentes. A investigação buscou apontar discussões teóricas com base nos estudos de Pikler e Gerber, que compreendem os bebês e crianças pequenas como seres potentes. Foram discutidos aspectos das práticas pedagógicas com ênfase na afetividade, o que é ou não a educação de crianças e bebês, o aspecto do apego e o desenvolvimento das emoções nessa faixa etária. Conclui-se que o vínculo afetivo e as relações interpessoais são inerentes às necessidades básicas do desenvolvimento infantil e as particularidades do trabalho, princípios, práticas e currículo da Educação Infantil envolvem o caráter afetivo dos educadores, que devem fazer parte do grupo de adultos limitados que cotidianamente participa direta e indiretamente da construção de sentidos, culturas e personalidades da criança.

Palavras-chave: Afetividade. Prática Pedagógica. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

A afetividade na Educação Infantil é uma base fundamental para o fortalecimento do vínculo entre professor e criança, o que a torna indispensável nas práticas educativas desta faixa etária.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da afetividade nas práticas da Educação Infantil, apresentando uma perspectiva teórica que pode contribuir para nortear o fazer pedagógico de educadores infantis no contato com bebês e crianças pequenas. Apesar de relevante, esta temática causa debates e dúvidas na vivência cotidiana dos profissionais da Educação Infantil, por questionarem quais práticas seriam apropriadas no exercício como educadores infantis com as crianças pequenas: como conduzir os momentos de cuidado de forma afetiva e ao mesmo profissional? Qual atenção dar aos momentos de desafios emocionais que a criança enfrenta, por ainda estar em desenvolvimento inicial de suas capacidades nessa área? Como lidar com birras, com a necessidade de colo e acolhida? Qual seria o limite e a medida adequada para tudo isso no ambiente escolar, onde várias crianças estão juntas em coletivo, porém com necessidades individuais?

Estas parecem ser dúvidas latentes para estudantes de Pedagogia que estão iniciando as primeiras experiências profissionais da carreira, especialmente por meio dos estágios obrigatórios do Curso ou de estágios remunerados. Contudo, essa dicotomia também compõe o fazer pedagógico de muitos professores da Educação Infantil que já atuam na área, e por vezes demonstram ter práticas inadequadas ou mesmo questionam seu trabalho profissional com esse grupo justamente pelas demandas próprias que o trabalho com essa faixa etária exige, por envolver cuidado e educação de forma ampla e indissociável.

Este estudo foi motivado a partir da primeira experiência da autora com a Educação Infantil, no primeiro semestre do curso. Durante esse período, pôde observar, enquanto estudante de Pedagogia com uma visão ainda inexperiente, que as crianças pequenas pareciam se adaptar e se desenvolver de maneira melhor quando estabeleciam um vínculo afetivo individual com suas educadoras. Além disso, elas demonstravam maior disposição em participar das atividades propostas e aderir às rotinas estabelecidas. Autores como Falk (2010) e Fochi (2015) evidenciam a importância do vínculo afetivo para o pleno desenvolvimento das crianças durante os primeiros anos de vida. Compreende-se que a afetividade, quando integrada às práticas pedagógicas, proporciona um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança, considerando também o aspecto psicológico (Lei nº 9.394/96, art. 29º), que envolve a dimensão afetiva, em especial para as crianças pequenas. Entretanto, é comum observar que essa dimensão tem sido explorada sem a seriedade que esse tema implica para

o trabalho com bebês e crianças pequenas, no qual o vínculo afetivo é muitas vezes relegado ao segundo plano, sem estar contemplado no caráter pedagógico. Pode haver, ainda, a concepção de que a expressão de afeto é naturalmente inerente ao professor (Arce, 2001).

O texto aqui proposto tem caráter teórico e apresenta algumas discussões de autores que respondam conceitualmente às minhas inquietações sobre as práticas pedagógicas com crianças da Educação Infantil, considerando a perspectiva do desenvolvimento emocional e do afeto, para além da dicotomia teoria e prática, quando muitas vezes se reforça uma prática nas escolas que se distancia da teoria proposta sobre uma educação respeitosa para bebês e crianças pequenas. À vista disso, o presente trabalho tem como objeto de estudo a relevância do vínculo afetivo entre professor e criança, bem como as práticas afetivas dentro da Educação Infantil.

Identificou-se que essas questões se faziam muito presentes em relatos de colegas durante o curso de Graduação, seja em debates de disciplinas, relatos sobre os estágios obrigatórios do Curso de Pedagogia (em especial os de Educação Infantil) ou estágios remunerados e, portanto, buscamos compreender quais seriam as bases possíveis para uma discussão consistente sobre a importância do desenvolvimento afetivo na Educação Infantil.

O artigo está organizado apresentando informações que estruturam a Educação Infantil no Brasil, sua organização e funcionamento e na sequência, como deve ser pensada esta etapa educacional com base nas DCNEI. Apresentamos a visão de criança coerente com essa proposta.

Os títulos seguintes apresentam nossas discussões: esmiúçam alguns aspectos das práticas pedagógicas com ênfase na afetividade, o que é ou não a educação de crianças e bebês, o aspecto do apego e o desenvolvimento das emoções nessa faixa etária. Baseamos nosso trabalho em abordagens que compreendam os bebês e crianças pequenas sob essa ótica, como seres potentes. Para tanto, nos debruçamos na construção teórica de Falk (2010) que se baseia nos princípios dos estudos da médica húngara Emmi Pikler e de autores que relatam sobre sua obra ou estão em sintonia com ela, como Magda Gerber, apresentada nos estudos de Gonzales-Mena e Eyer (2014).

Apresentaremos quatro frentes de discussão, expondo:

- Alguns princípios, práticas e currículo na Educação Infantil;
- O que é e o que não é a educação de bebês e crianças;
- Esclarecimentos sobre o apego;
- Desenvolvimento das emoções.

A seguir, apresentamos como a Educação Infantil brasileira está organizada.

2 O QUE SE ESPERA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A legislação brasileira que norteia a educação no país, a LDB (1996), estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, destinada às crianças de zero até cinco anos de idade. Ela divide-se em dois momentos: a creche, de 0 a 3 anos; e pré-escola, nos dois anos seguintes.

A LDB (1996) define a Educação Infantil como uma modalidade educacional que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A partir dessa finalidade, compreende-se que a Educação Infantil deva proporcionar um ambiente educativo que favoreça o pleno desenvolvimento das crianças, estimulando suas potencialidades e garantindo o direito à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, em consonância com os princípios de igualdade, inclusão, diversidade e respeito aos direitos humanos. Para tal, a instituição responsável por introduzir crianças em seu primeiro acesso coletivo à cultura, conhecimentos básicos e acolhimento, necessita de um olhar adequado para os bebês (Rocha, 2001).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010), a instituição de Educação Infantil geralmente se torna o segundo vínculo da criança pequena com a sociedade, sendo o primeiro fora do ambiente familiar. Portanto, o sentimento de pertencimento a alguém (primordialmente familiar), construído no primeiro ano de vida, não deixa a criança abruptamente quando ela adentra a escola. No entanto, outros vínculos são criados e a criança se ligará a outros adultos e crianças. Para tal, o trabalho desenvolvido nos primeiros anos na Educação Infantil, portanto, o período da creche, deve ser desenvolvido de forma compartilhada com a família.

Assim, as creches como espaços coletivos de educação possuem responsabilidades sociopolíticas guiadas pelo desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade democrática. Do ponto de vista sociopolítico, a Educação Infantil tem o papel de promover a equidade e a inclusão social desde os primeiros anos de vida, garantindo a todas as crianças o acesso a uma educação de qualidade e oportunidades igualitárias. No que diz respeito à função pedagógica, ou seja, o desenvolvimento integral da criança, busca-se criar um ambiente educativo que possibilite o crescimento em diferentes áreas, como física, emocional, cognitiva e social. Por meio de abordagens pedagógicas apropriadas para cada faixa etária, são incentivadas atividades como brincadeiras, interações sociais, pensamento lógico, expressão artística e desenvolvimento da linguagem (Rocha, 2001).

3 COMO DEVE SER A ABORDAGEM COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

Considerando que o trabalho com bebês e crianças pequenas não pode ser contemplado sob as mesmas diretrizes e práticas que o de crianças maiores e mais independentes de cuidados físicos e emocionais, é crucial contemplar os princípios das práticas pedagógicas. Dessa forma, as relações são entendidas como o pilar da educação e cuidados desse público-alvo.

As rotinas de cuidado na Educação Infantil desempenham um papel fundamental ao proporcionar oportunidades para interações respeitosas, reativas e recíprocas (Bassedas; Huguet, Solé, 1999; Cerisara, 1999). É inquestionável reconhecer o vínculo afetivo como um elemento estrutural nessas práticas. Além disso, interações simples como entregar/retirar objetos, pegar no colo e colocar a criança ao chão são componentes essenciais dessas interações, e é crucial que sejam conduzidas com respeito e atenção. Igualmente indispensável é garantir momentos individuais de interação entre as crianças e os cuidadores, permitindo uma atenção personalizada e fortalecendo o vínculo afetivo.

A partir das concepções sociais a respeito da Educação Infantil, compreende-se a importância de que as DCNEI orientem a prática pedagógica, bem como as habilidades a serem desenvolvidas. No Brasil, a existência de um currículo específico para a Educação Infantil foi campo de debates e controvérsias em decorrência de diferentes visões de criança, família e das funções da creche. O currículo precisa ser constituído como um instrumento político, cultural e científico, entendido como práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio as relações sociais, que

[...] buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades (Brasil, 2009, p. 6).

Tais práticas devem conceber as particularidades da faixa etária da criança atendida pela Educação Infantil, que se caracterizam por aquisições marcantes, como a fala, a marcha, o controle esfinteriano, a capacidade de fazer de conta e formação da imaginação e a representação em diferentes linguagens. Nessa perspectiva, o desenvolvimento infantil é representado pelo caráter aparentemente biológico, no entanto, as dimensões de desenvolvimento infantil são integradas e indivisíveis além de não serem constituições universais. Nesse sentido, não se trata apenas de um caráter influenciador, e sim um desenvolvimento que acontece **a partir** das interações, relações e práticas cotidianas.

As aquisições esperadas para crianças de 0 a 5 anos abrangem várias áreas de desenvolvimento. Durante esse período, espera-se que as crianças avancem em sua coordenação motora, tanto na coordenação grossa, realizando movimentos como correr e pular, quanto na coordenação fina, manipulando objetos pequenos com destreza. Além disso, é esperado que desenvolvam habilidades

sociais, como interagir com outras crianças e adultos, compartilhar e expressar emoções de maneira adequada. No aspecto cognitivo, as crianças começam a explorar o ambiente ao seu redor, demonstrando curiosidade, resolvendo problemas simples e desenvolvendo a atenção. Quanto à linguagem, espera-se que ampliem seu vocabulário, desenvolvam a linguagem oral, compreendam instruções simples e comecem a construir frases e contar histórias. No âmbito ético e moral, busca-se o desenvolvimento de valores como respeito, solidariedade, cooperação, responsabilidade e autonomia. Essas aquisições são fundamentais para o crescimento integral das crianças, e o estímulo adequado por meio de interações significativas em um ambiente propício, é essencial para seu pleno desenvolvimento (Bassedas; Huguet, Solé, 1999).

O cuidar deve estar intrínseco ao educar no currículo, visto que é uma dimensão essencial e indissociável do processo educativo. Ele precisa ser integrado ao currículo e desenvolvido de forma articulada ao educar. O cuidado envolve a atenção às necessidades básicas, como alimentação, higiene, repouso e saúde, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento das crianças, mas não apenas isso: o cuidar abrange todas as ações e práticas voltadas para o bem-estar físico, emocional, social e afetivo das crianças pequenas. Para que essas práticas sejam efetivadas, é primordial que se estabeleçam vínculos afetivos saudáveis e de confiança, que permitam à criança se sentir acolhida e segura mesmo na ausência da família, estabelecendo novas relações com o grupo de educadores com quem se relaciona ao longo do dia.

Apesar de sua relevância, o caráter afetivo e emocional do currículo não recebe a atenção devida e é pouco discutido. O fortalecimento dessas práticas é fundamental para o estabelecimento do vínculo afetivo como meio de efetivação de uma educação infantil de qualidade e atenta ao momento de vida da criança. Cabe lembrar que a visão anterior da Educação Infantil era de uma preparação para o ensino fundamental, exclusivamente, sem levar em conta os múltiplos aspectos do desenvolvimento infantil.

4 A VISÃO DE CRIANÇA

As DCNEI (2010) ajudam a compreender a criança pequena como alguém que busca compreender o mundo e a si mesma, experimentando sensações de desconforto, incerteza e gerando necessidades e desejos. Ela desenvolve respostas e significados para lidar com essas experiências, e está constantemente modificando e reconstruindo essas significações por meio de suas interações com outras pessoas e objetos.

Através dessas experiências compartilhadas com as crianças, os educadores ampliam suas possibilidades de compreender e responder às iniciativas e necessidades delas. Essa visão destaca a

importância das interações afetuosas, significativas e ricas em estímulos pedagógicos entre professores e crianças. Valoriza-se a reciprocidade entre educador e educando, em que ambos se beneficiam e aprendem um com o outro.

Thompson e Goodvin (2005) afirmam que a criança pequena busca atribuir significado às suas experiências desde os primeiros momentos de vida, direcionando seu interesse para conhecer tanto o mundo material quanto o social ao seu redor. Nesse sentido, as capacidades cognitivas, sociais e emocionais da criança são construídas e influenciadas pelas interações que ela estabelece com o ambiente, especialmente com adultos e parceiros mais experientes. É por meio dessas interações que a criança atribui significado às suas experiências e amplia suas habilidades e conhecimentos (Bassedas; Huguet, Solé, 1999).

Durante as interações diárias com diversos parceiros, são construídas significações compartilhadas, a partir das quais a criança aprende como agir ou resistir aos valores e normas culturais do seu ambiente. É fundamental reconhecer que as crianças aprendem coisas muito significativas quando interagem com seus pares, diferentes das aprendizagens adquiridas por meio do contato com adultos ou com crianças mais velhas. Além disso, à medida que o grupo de crianças interage, são construídas as culturas infantis, ou seja, são estabelecidos modos próprios de expressão, brincadeiras, códigos de comunicação e formas de relacionamento. “As culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo” (Sarmiento, 2002, p. 12).

A interação com diferentes parceiros proporciona à criança a oportunidade de ampliar sua compreensão do mundo, desenvolver habilidades sociais, exercitar a empatia e a cooperação, além de promover a diversidade cultural e a construção coletiva do conhecimento. Portanto, a interação com diferentes parceiros na infância desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral e na formação das crianças como seres socioculturais.

Na Sociologia da Infância, a criança é considerada um "agente social" ativo na criação da cultura (Oliveira; Tebet, 2010). Nessa perspectiva, reconhece-se que as crianças desempenham um papel ativo no processo de socialização. No entanto, é fundamental ressaltar que, embora as crianças sejam ativas na produção de cultura, elas não podem realizar tal produção no vazio social. Suas interações, experiências e contextos sociais moldam e influenciam o processo. Portanto, a criança está inserida em uma teia de relações sociais que contribuem para a sua socialização. Apesar de desempenharem um papel ativo na produção cultural, as crianças não possuem completa autonomia nesse processo. Elas estão sujeitas a influências e orientações dos adultos, bem como a normas e

valores sociais estabelecidos. As reações, respostas, jogos psicodramáticos, interpretações da realidade e brincadeiras são produtos das interações que as crianças estabelecem com adultos e outras crianças. Essas interações contribuem para a construção de significados, valores e comportamentos sociais (Sarmiento, 2002).

Reconhecer a infância como categoria geracional própria, as crianças a partir de suas alteridades como os múltiplos-outros, perante os adultos e ainda o balanço crítico das perspectivas teóricas que construíram o objeto infância como a projeção do adulto em miniatura ou como um adulto imperfeito, em devir, constituir-se um esforço teórico desconstrucionista da sociologia da infância (Sarmiento, 2005, p. 373)

As crianças, a partir de suas múltiplas interações e relações com o mundo: “formulam interpretações da sociedade, dos outros e de si próprios, da natureza, dos pensamentos e dos sentimentos, e o fazem de modo distinto para lidar com tudo que as rodeia” (Sarmiento, 2005, p. 373).

Entender a criança como um ser social é compreender que sua ação em frente a sociedade não é apenas de observador ou objeto de ensino e sim humanizá-las no mais legítimo sentido, é considerar que ela não apenas pode como atua intensamente na sociedade.

Oliveira e Tebet (2010), afirmam que para compreender as crianças como produtoras de culturas é preciso: “romper com as velhas representações hegemônicas, rejeitar as obviedades e os velhos modelos de instituições e de infâncias”. Nas perspectivas contemporâneas, podemos compreender a criança como um indivíduo ativo, contextualizado no tempo e no espaço, que não é simplesmente uma cópia ou oposto do adulto. Ela é um sujeito participante, desempenhando papéis de ator e autor em suas relações consigo mesma, com os outros e com o mundo ao seu redor.

Nesse contexto, o cotidiano da Educação Infantil deve permitir que as crianças se apropriem de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, mas considerando-as como seres capazes e que também atuam no mundo de forma significativa. Dessa forma, a organização do cotidiano se torna um ambiente propício para o desenvolvimento integral das crianças, valorizando suas capacidades e promovendo a construção do conhecimento de maneira significativa e prazerosa.

5 DISCUSSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO AFETIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Baseamos nosso trabalho em abordagens que compreendam os bebês e crianças pequenas sob essa ótica, como seres potentes. Para tanto, nos debruçamos na construção teórica de Falk (2010) que se baseia nos princípios dos estudos da médica húngara Emmi Pikler e de autores que relatam sobre sua obra ou estão em sintonia com ela, como Magda Gerber, apresentada nos estudos de Gonzales-Mena e Eyer (2014).

Apresentaremos quatro frentes de discussão, expondo:

- Alguns princípios, práticas e currículo na Educação Infantil;
- O que é e o que não é a educação de bebês e crianças;
- Esclarecimentos sobre o apego;
- Desenvolvimento das emoções.

5.1 PRINCÍPIOS, PRÁTICAS E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando que o trabalho com bebês e crianças pequenas não pode ser contemplado sob as mesmas diretrizes e práticas que o de crianças maiores e mais independentes de cuidados físicos e emocionais, é crucial contemplar os princípios das práticas pedagógicas. Dessa forma, as relações são entendidas como o pilar da educação e cuidados desse público-alvo.

Considerando o exposto, mesmo que as relações respeitosas e interações afetuosas sejam princípios fundamentais no trabalho com bebês e crianças pequenas, é crucial ressaltar que o trabalho pedagógico nessa faixa etária vai além de simplesmente ser amigável, paciente e caloroso. Não se trata apenas de agir por instinto. Embora a presença física e mental do cuidador seja necessária no cuidado das crianças, é importante reconhecer que as ações pedagógicas muitas vezes estão implícitas nas interações reativas com elas. Portanto, o simples ato de ser receptivo às crianças pequenas e responder de forma reativa às suas solicitações ou formas de comunicação cria situações de desenvolvimento e aprendizagem.

Pode parecer que qualquer pessoa calorosa e amigável está apta a cuidar de crianças, e que qualquer um que tenha paciência pode lidar com bebês. Com certeza essas são características valiosas em cuidadores, mas cuidar de crianças menores de três anos envolve mais do que apenas agir por instinto ou movido por aquilo que parece funcionar (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 5).

Muito mais do que “ensinar algo”, a Educação Infantil propõe um trabalho mais corporal, que exige presença física e mental do cuidador para com às crianças. Muitas vezes, a “simples” ação de ser receptivo com crianças pequenas e responder reativamente às suas solicitações ou formas de comunicação criam situações de desenvolvimento e aprendizagem.

Alguns cuidadores sentem que não estão fazendo seu trabalho se apenas sentam no chão onde os bebês e as crianças brincam. Eles querem fazer o papel de professores, que interpretam como “ensinar algo”. É muito difícil para a maioria dos adultos sentar ao redor de crianças pequenas e não dirigir a situação. Ser receptivo e positivamente reativo é uma habilidade que a maioria dos adultos precisa aprender, pelo visto ela não ocorre naturalmente (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 7).

De acordo com Gonzales-Mena e Eyer (2014), as relações se desenvolvem a partir de diversas interações, e é por meio dessas interações positivas que se torna possível construir uma relação

almejável na Educação Infantil na qual o cuidado e a educação se complementam, promovendo o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças. Além disso, pontuam a necessidade de reconhecer que a maneira como nos aproximamos, nos referimos e tocamos uma criança pode estabelecer a base para o vínculo entre professor-aluno se for cultivada com afeto e respeito.

Até que você perceba o quanto isso faz a diferença, a tendência natural é pegar a criança do chão sem dizer nada. Os bebês são em geral carregados por aí como objetos, mesmo quando têm idade suficiente para andar e falar. Os adultos com frequência retiram uma criança do chão e a colocam em uma cadeira ou carrinho de bebê sem dizer uma única palavra. Esse tipo de atitude não é respeitosa (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 11).

Ao compreender a importância desses momentos, entendemos que o cuidado vai além das necessidades físicas básicas, envolve também a dimensão emocional e afetiva, impactando diretamente no bem-estar e no desenvolvimento integral da criança. Portanto, ao construir uma relação sólida e honesta, o educador cria um ambiente de confiança, no qual o aluno se sente seguro para expressar suas emoções, fazer perguntas, buscar apoio e explorar o mundo ao seu redor. Ao trabalhar de forma intencional o campo afetivo na prática educativa, o educador reconhece a importância do vínculo emocional e se dedica a cultivá-lo. Isso implica em ouvir atentamente, estar presente emocionalmente, valorizar as experiências e perspectivas do aluno, além de incentivar a autonomia, a autenticidade e o respeito mútuo.

Dessa forma, quando o vínculo e o apego são fortalecidos, o cuidador adquire a capacidade de interpretar os sinais e as expressões da criança, compreendendo suas necessidades mesmo quando não verbalizadas. Isso permite uma comunicação mais efetiva e uma melhor sintonia entre cuidador e criança. Com o objetivo de orientar as práticas pedagógicas de cuidado com crianças pequenas na creche, Gonzales-Mena e Eyer (2014), com base nas obras de Magda Gerber apontam 10 princípios fundamentados na filosofia do respeito. Esses princípios são:

1. Envolver bebês e crianças nas coisas que dizem respeito a eles;
2. Investir no tempo de qualidade;
3. Aprender as formas únicas por meio das quais as crianças se comunicam e ensiná-las as suas;
4. Investir tempo e energia para construir uma personalidade completa;
5. Respeitar bebês e crianças como pessoas valiosas;
6. Ser honesto em relação aos seus sentimentos;
7. Ser o modelo do comportamento que você quer ensinar;

8. Encare os problemas como oportunidades de aprendizado e deixe que os bebês e crianças os resolvam sozinhos;
9. Construa segurança ensinando confiança;
10. Preocupe-se com a qualidade do desenvolvimento em cada estágio.

A partir disso, compreende-se que a prática pedagógica que envolve os aspectos afetivos está longe de ser intuitiva. O adulto deve atuar como estimulador do bebê – repensando o que o estímulo significa – seja a partir da intervenção ou apenas da presença física em situações com potencial de aprendizado.

5.2 O QUE É E O QUE NÃO É A EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS

Gonzales-Mena e Eyer (2014) apontam a necessidade de um programa de educação para crianças no qual o foco não é a estimulação dos bebês *per se*, e sim a qualidade de facilitador atribuída ao educador, que tem como função contribuir para o desenvolvimento da criança promovendo a resolução de conflitos e autonomia individual. As autoras defendem que uma educação na qual educadores são treinados para reação positiva e respeitosa perante as necessidades individuais de cada criança focam tanto na educação quanto no cuidado.

Compreende-se que o desenvolvimento de crianças de 0 até 3 anos requer adequações ao ambiente e reações específicas dos educadores. O educador – que também é um cuidador – deve conhecer os bebês muito bem, de forma a tornar-se apto a reagir às expressões e pistas de cada criança, desenvolvendo padrões comunicativos que satisfaçam as necessidades.

O trabalho do educativo nessa faixa etária seria guiado pela prática positiva e respeitosa, em que o adulto facilita a compreensão/aprendizado da criança fornecendo situações e reações que permitam o desenvolvimento da resolução de conflitos individual de cada criança, ou seja, criando um ambiente propício para que a criança aprenda, sem invadir o espaço necessário para que ela se desenvolva.

De acordo com Gonzales-Mena e Eyer (2014), é fundamental criar um ambiente seguro para estimular um bebê, despertando e explorando seus sentidos para potencializar seu desenvolvimento e aprendizado, no entanto, a educação de crianças pequenas não se resume exclusivamente ao estímulo. É necessário que haja alguém que atenda às suas necessidades, oferecendo afeto e compreensão, tendo em vista que a relação resultante das experiências de cuidado proporciona a educação. O cuidado é base fundamental para a educação, tendo uma ênfase na faixa etária da pré-escola.

Isto posto, os autores pontuam quatro papéis do adulto na educação de crianças, sendo eles:

1. **Determinar os níveis de estresse ideais** – Observar as crianças com empatia, a fim de avaliar se o nível de estresse é demasiado elevado, insuficiente ou adequado para estimular e motivar sua participação nas atividades e na resolução de problemas.
2. **Dar atenção** – Reconhecer quando as crianças estão tentando chamar atenção decepcionando-os propositalmente e quando elas estão comunicando suas necessidades; ser generoso com sua atenção durante as rotinas de cuidado de forma a satisfazer as quantidades ideais de atenção das crianças. Ser específico a respeito de comportamentos, usando o reforço positivo para reforçar a repetição, ajudando a criança a reconhecer sua própria satisfação interna.
3. **Dar retorno** – Verbalizar de maneira clara as reações decorrentes das situações experienciadas pelas crianças, auxiliando na compreensão de causa e efeito a partir das vivências; conversar com as crianças pequenas, estimulando a linguagem na resolução de problemas a partir da observação da criança diante das experimentações cotidianas.
4. **Ser um modelo de comportamento** – Agir e interagir de modo que a criança possa observar e imitar; ser honesto em frente aos seus próprios sentimentos de forma a transmitir mensagens perceptivas; estar consciente do comportamento que está dando de exemplo, de modo a ensinar e agir de maneira harmônica.

À vista disso, compreende-se que o papel fundamental do adulto na educação de bebês e crianças pequenas vai além de simplesmente ensinar e realizar processos de cuidado mecânicos, mas sim de facilitar o processo de aprendizado a partir da postura afetiva, respeitosa e cuidadosa, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e interesses pessoais.

Para atuar como um andaime, os adultos precisam ficar constantemente de olho em uma criança que está numa situação na qual existe potencial de aprendizado. O adulto estrutura com sensibilidade a situação, de forma que a resolução de problemas seja apoiada e estimulada (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 14).

Para que o desenvolvimento do bebê aconteça, muitas vezes não é necessário que o adulto intervenha. A presença física do adulto atua como estimulador do bebê em algumas situações que não representam perigo e nem fogem da etapa de desenvolvimento na qual a criança se encontra.

A metáfora do “andaime” - que é uma estrutura sólida utilizada na construção de edifícios, que permite a adaptação e a locomoção até o ponto já construído, movimentando-se e avançando no desenvolvimento da edificação, sendo finalmente retirados, porém imprescindíveis para a construção

final – é empregada por Bassedas, Huguet e Solé (1999) para a compreensão do papel ativo do educador diante da aprendizagem das crianças pequenas.

Por conseguinte, as interações estabelecidas entre os adultos e o bebê tem características definidas nas quais cada um faz determinadas ações; assim, quanto menor a criança, maior a atuação do adulto como predominante nessa relação. O adulto atua oferecendo um contexto compartilhado, primeiramente observando o grau de maturação da criança, que servirá de base para os novos níveis de desenvolvimento, depois as inspirará a dar pequenos passos a caminho da aprendizagem e incorporação de coisas novas, proporcionando autonomia. Por fim, diminui a ajuda e aumenta as exigências, ajustando sempre às necessidades das crianças, em busca de uma prática autônoma.

Os momentos em que o adulto permite que a criança participe das situações ou a convida para participar, sabendo que será capaz de obter sucesso com a sua atuação, servem para estimular o desenvolvimento do menino ou da menina. Dessa forma, a pessoa adulta está atuando na zona de desenvolvimento potencial da criança, oferecendo-lhe um contexto compartilhado, no qual ela possa fazer coisas sozinha que lhe permitam avançar nas suas capacidades, partindo daquilo que já sabe. Ao mesmo tempo, essas experiências que a criança desfruta, sendo bem-sucedida nos seus intentos de fazer determinadas coisas e vivendo a experiência emocional que faz parte da atuação conjunta com uma pessoa a qual mantém vínculos afetivos, contribuem para a sua segurança e autoestima (Bassedas; Huguet; Solé, 1999, p. 28).

Assim, considerando que a creche busca promover o desenvolvimento das crianças de acordo com sua identidade pessoal e individual, é inquestionável que a atenção e parceria com as famílias são essenciais para concretizar o processo educacional, pois complementam a análise individual das crianças e permitem que o educador compreenda os aspectos-chave que envolvem a relação pessoal da criança com sua aprendizagem.

5.3 ESCLARECIMENTOS SOBRE O APEGO

O apego é um processo interativo contínuo influenciado pela reatividade do cuidador e pelas características do bebê e da criança. Gonzales-Mena e Eyer (2014), trazem estudos da psicologia (Restak, 2006; Shore, 2003; Gallagher, 2005; Raikes, 2002; Isabella; Belsky, 1991) para fundamentar a questão do funcionamento cerebral das crianças pequenas perante os cuidados primários de qualidade. Sendo assim, compreende-se que o apego é fundamental para que exista a segurança que permite que o cérebro infantil compreenda as interações positivas e calorosas, estabilizando as conexões cerebrais.

Para que esse apego se constitua, é necessário que existam comportamentos mutualmente reativos que incluem o toque, carinho, contato visual, além do cuidado, formando uma relação próxima entre bebês e adultos. A vulnerabilidade das crianças pequenas torna essencial a presença de um cuidador atencioso para promover seu desenvolvimento e proporcionar segurança e autoconfiança. É

por meio do apego que surge a base para o desenvolvimento da autonomia, uma vez que a segurança proporcionada pelo apego permite que a criança explore o mundo com confiança (Falk, 2010).

O primeiro apego de uma criança geralmente é relacionado aos pais, dessa forma, o trabalho dos cuidadores em creches surge como uma continuidade do apego familiar. O desenvolvimento da criança no momento de separação entre ela e seu objeto de apego (os pais) e ingresso na creche se dá a partir da construção da confiança entre criança e cuidador, que se estabelece por meio de uma sincronia interacional, na qual o educador e os bebês enviam sinais importantes um ao outro. Relações de apego seguras afetam diretamente o modo como o cérebro se “enreda”, e interações positivas e calorosas estabilizam as conexões cerebrais, a partir disso, compreende-se que padrões neurais sólidos auxiliam todas as áreas de crescimento, especialmente o desenvolvimento cognitivo e social (Gonzales-Mena; Eyer, 2014).

Em suma, a presença de um cuidador atencioso, o estabelecimento de apegos seguros, a liberação de hormônios de bem-estar e a formação de padrões neurais consistentes são fatores fundamentais para o desenvolvimento saudável e pleno das crianças pequenas. O cuidado atencioso e o estabelecimento de vínculos afetivos positivos desempenham um papel crucial na construção de uma base sólida para o crescimento, a autonomia e o bem-estar emocional das crianças. De acordo com Gonzales-Mena e Eyer (2014), quando os educadores não demonstram reações de atendimento consistentes em seu comportamento de apego, as crianças tendem a desistir de tentar influenciar as pessoas, assim:

Com falta não só de apego, mas também de contato físico adequado, esses bebês são privados de toda uma variedade de *inputs* sensoriais que acompanham uma relação saudável. Eles se tornam passivos e resignados, o desenvolvimento deles atrasa e eles podem falhar em prosperar de diversas maneiras (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 105).

De acordo com Falk (2010), a qualidade do cuidado oferecido às crianças pequenas em seu dia a dia desempenha um papel crucial no estímulo necessário para seu crescimento psicomotor e psicossocial. Nesse sentido, o adulto atua de forma indireta, criando condições que equilibram o desenvolvimento emocional, afetivo, psicomotor e intelectual. O estabelecimento de um vínculo profundo e estável entre a criança e o cuidador proporciona a segurança necessária para o desenvolvimento social, baseado na relação privilegiada e no interesse demonstrado pelo adulto. É fundamental que o bebê estabeleça esse vínculo com um número reduzido de adultos, a fim de construir seu sistema de valores em relação à sociedade, padrões de julgamento, regras de comportamento e proibições, que serão internalizados por meio de processos de imitação, assimilação e identificação. Portanto, a saúde mental somente se concretiza por meio de cuidados constantes que promovem a

continuidade do desenvolvimento afetivo pessoal, inicialmente fornecidos pela família e, posteriormente, pelos educadores.

Quando tudo o que acontece com a criança se baseia no contexto de uma relação, de uma troca real, que lhe permite tomar consciência da pessoa que se ocupa dela e de si mesma ao mesmo tempo, só então a criança pode ser consciente da sua integridade individual e da sua identidade pessoal. Sem esse sistema de relações, ela não pode suportar as frustrações inevitáveis e necessárias para o amadurecimento da sua personalidade (Falk, 2010, p. 23-24).

Nesse sentido, a ação do cuidado deve ser direcionada ao bebê ou à criança pequena como um ser que possui sensibilidade, observação, registro e compreensão, ou que desenvolverá essas capacidades quando lhe for permitido. É essencial que os gestos sejam suaves e as percepções sejam delicadas, reconhecendo que a criança é sensível a tudo o que acontece com ela e não deve ser manipulada em função do conforto exclusivo do adulto. O desenvolvimento dessa comunicação ocorre por meio da repetição dos cuidados oferecidos ao longo dos dias, em várias ocasiões, e pela constância de gestos acompanhados de palavras, permitindo que a criança compreenda e antecipe gradualmente tanto o gesto quanto o que está prestes a acontecer (Falk, 2010).

Isto posto, a autora ainda sustenta a diferenciação do papel do educador do senso comum. Para tal, não basta que os educadores sejam espontâneos e possuam instinto maternal para a educação de crianças pequenas. É imprescindível que haja uma competência especial, um controle e supervisão continuadas que se distinguem da relação mãe-criança. Nesse sentido, Falk (2010) afirma que o interesse do educador deve ser dedicado às necessidades e ao desenvolvimento da criança.

A criança não aceita os cuidados de uma forma passiva. Participa ativamente. O adulto não exige esta participação, mas a torna possível motivando-a e valorizando-a. A condição fundamental para a cooperação é um bom conhecimento e uma boa relação entre a criança e o adulto, cooperação que reforça esta relação. O recém-nascido que goza de boas relações com o adulto, se beneficia de forma geral com a possibilidade que se lhe oferece e progride para uma maior autonomia (Falk, 2010, p. 27).

Gonzales-Mena e Eyer (2014) relembram que “do apego também surge a autonomia, ou independência, à medida que os bebês crescem e começam a aprender a cuidar de si mesmos graças ao desenvolvimento de capacidades voltadas a isso” (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 99). O apego é fundamental para que surja a autonomia, a partir do desenvolvimento que a segurança presente no apego fornece.

Com base nos estudos de Pikler, Focchi (2015) ressalta que o educador não deve intervir diretamente na criança, mas sim criar um ambiente propício, seguro, adequado e oferecer-lhe presença.

O adulto é uma figura fundamental na vida da criança, pois ela precisa de presença, do interesse, do afeto, da segurança e, especialmente, de alguém que crie as condições adequadas para ela se desenvolver. Contudo, a criança também precisa que lhe seja ofertado tempo para realizar suas conquistas, aprender e descobrir sobre o mundo, sendo possível com um nível de intervenção adequado (Focchi, 2015, p.109).

O adulto deve permanecer próximo, dentro do alcance auditivo e com visão mútua. A intervenção direta só deve ocorrer em situações problemáticas, de conflito ou quando há sinais de cansaço ou desconforto. Dessa forma, compreende-se que a autonomia da criança está diretamente relacionada à postura do adulto por meio da intervenção, comunicação dos resultados que os bebês ainda não conseguem compreender (seja por ser um marco a ser alcançado ou por interrupção do adulto) ou pela restrição parcial dos movimentos da criança pequena.

5.4 DESENVOLVIMENTO DAS EMOÇÕES

Para entender o papel do educador na educação infantil, é necessário que se compreenda a dimensão do trabalho pedagógico nessa faixa etária. Os anos iniciais de escolarização são contemplados pelo público-alvo de 0-5 anos, nesse sentido, antes da expressão linguística começar a se desenvolver na criança pequena, outras áreas vão se desenvolvendo, como a expressão emocional que evolui por meio do desenvolvimento cognitivo durante essa faixa-etária. A partir disso, entende-se que o desenvolvimento das emoções e dos sentimentos se inicia desde o nascimento. O bebê desenvolve sentimentos e emoções variados pela primeira vez e tanto física como neurologicamente são afetados por eles.

O trabalho pedagógico na Educação Infantil deve considerar as diferentes etapas de desenvolvimento que estão se iniciando na criança o que exige compreender a educação pré-escolar não apenas como início da expressão motora e linguística, mas sim um trabalho de desenvolvimento mais global com crianças em processo de socialização e de interação com outras pessoas, sejam adultos ou outras crianças, sendo apresentadas a realidades diferentes de seu convívio familiar todos os dias (Gonzales-Mena; Eyer, 2014).

A personalidade infantil não é inata, mas sim desenvolvida através das interações com as pessoas ao redor. Por isso, as relações e interações com os outros desempenham um papel crucial na construção da identidade pessoal e no desenvolvimento de todas as capacidades da criança. Desde o nascimento, as necessidades da criança são atendidas por meio dessas relações com outras pessoas. Com o tempo, relações saudáveis com adultos estabelecem vínculos afetivos mais fortes, fazendo com que o bebê se sinta protegido, seguro e tranquilo somente com aquelas pessoas com quem possui uma relação próxima. Essa segurança transmitida pelo afeto das figuras adultas é a base que permite que a

criança comece a explorar o mundo e a desenvolver relações com pessoas desconhecidas. As experiências vivenciadas ao longo dos anos moldam a imagem e o conhecimento que as crianças têm de si mesmas, proporcionando uma valorização do próprio conceito, que é transmitido por pessoas significativas em sua vida diária. Além disso, é importante que os educadores auxiliem as crianças a se inserirem em diferentes tipos de relações e dinâmicas, que sejam diferentes daquelas encontradas em suas famílias e ambientes conhecidos (Bassedas; Huguet; Solé, 1999).

Nesse sentido, os autores apontam algumas atitudes e práticas educativas que contribuem para o desenvolvimento de uma alta autoestima nas crianças, destacando que essa dimensão é fundamental para a saúde mental, o sucesso escolar e a construção de relações sociais construtivas. Essas atitudes e práticas incluem demonstrar afeto, respeito, confiança e interesse frequentemente para com a criança, estabelecer acordos e normas com base em raciocínios compartilhados com a criança, sendo firme, mas também flexível, evitar o uso de medidas coercitivas de disciplina, castigos corporais e retirada de privilégios, optando por medidas disciplinares que sejam discutidas e pensadas em conjunto com a criança, e estimular as crianças a expressarem suas próprias opiniões e levá-las em consideração sempre que possível.

Esses vínculos manifestam-se de diferentes maneiras, como condutas, no sentido de designar proximidade física: no seu interesse em contatos táteis, visuais, na sua busca de mais contatos em momentos em que se sente intranquilo, no sorriso recebido quando voltou a ver a figura da pessoa da qual estava separada por uns momentos; também aqui se encontram os sentimentos e as sensações de segurança, de bem-estar, de prazer e de acalmar as ansiedades (Bassedas; Huguet; Solé, 1999, p. 44).

Gonzales-Mena e Eyer (2014) destacam que os primeiros reflexos do recém-nascido estão diretamente ligados às sensações imediatas. À medida que o bebê se desenvolve individualmente por meio das interações sociais e com o ambiente, a memória e a capacidade de antecipação permitem que a expressão emocional evolua na criança pequena. É importante reconhecer as emoções e sentimentos das crianças pequenas como autênticos e que não devem ser subestimados. Ainda que o adulto julgue determinada expressão como insignificante, é preciso um olhar respeitoso. Respeitar os sentimentos e a forma de expressão deles é fundamental no trabalho com bebês e crianças, pois é por meio da atenção e reflexão que os educadores desenvolvem uma visão empática para com elas, descobrindo maneiras de acolhê-las e auxiliá-las.

A aceitação desempenha um papel fundamental para que as crianças aprendam a compreender seus próprios sentimentos e lidem com suas emoções. É responsabilidade do educador promover o conforto e a valorização dos sentimentos, para que, ao longo do tempo, as crianças se tornem capazes de acalmarem-se e lidarem com suas reações diante de conflitos externos.

A aceitação é essencial para que a criança por fim reconheça, identifique e aceite seus próprios sentimentos. É importante proporcionar segurança e ajudar as crianças pequenas a encontrarem suas próprias maneiras de lidar com as situações. O conforto pode ser oferecido de uma forma que leve as crianças a aprenderem a confortar a si mesmas e a saberem o momento de pedir ajuda (Gonzales-Mena; Eyer, 2014, p. 212).

Durante o primeiro ano de vida, os bebês já apresentam indicativos de referenciamento social, ao “ligarem” expressões faciais dos cuidadores aos sinais do ambiente ou situação nova. A partir do momento em que as crianças percebem que podem influenciar os objetos e as pessoas ao redor, desenvolve-se uma intencionalidade mais autônoma em sua expressão.

Segundo os autores, as experiências específicas da vida de cada bebê interferem na natureza e expressão do seu temperamento, comportamento e formação de personalidade. Portanto os educadores precisam observar bem as crianças em suas individualidades e só assim, poderão compreender de fato as necessidades de cada uma criança e prever sua forma de agir, de maneira a contribuir para a resolução de conflitos.

Gonzales-Mena e Eyer (2014) relacionaram algumas estratégias de cuidado para ajudar as crianças pequenas a lidarem com conflitos e desafios de forma resiliente, permitindo o avanço no desenvolvimento mesmo em situações adversas. São elas:

1. Conhecer as crianças;
2. Construir um senso de comunidade;
3. Construir relações consistentes com as famílias;
4. Programa claro e consistente para que as crianças façam previsões sobre a rotina;
5. Tornar o aprendizado significativo;
6. Usar procedimentos de análise autênticos.

Além disso, é importante destacar que a resiliência não se limita apenas às crianças, mas também se aplica aos educadores. Para promover a resiliência nas crianças pequenas, os cuidadores devem se esforçar para cultivar sua própria. Isso implica em refletir sobre seus próprios sentimentos e ser sincero sobre suas próprias emoções. Ao demonstrar autenticidade e abertura ao lidar com desafios e adversidades, os cuidadores servem como modelos para as crianças, visto que as crianças aprendem e se desenvolvem a partir dessa relação. Essa abordagem ativa de enfrentar problemas não apenas fortalece a resiliência das crianças, mas também estabelece um ambiente seguro e encorajador onde elas aprendem a lidar de forma saudável com os desafios da vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de crianças pequenas se caracteriza como resultado das experiências de cuidado, assim, para que isso aconteça, é fundamental que o educador crie um vínculo individual com as crianças, permitindo que ele reconheça seus interesses pessoais e habilidades, apoiando suas descobertas e construções de relações e resoluções de problemas.

Desde os primeiros momentos de vida, as interações afetuosas e os estímulos proporcionados pelos adultos próximos são fundamentais para o desenvolvimento. Os educadores desempenham um papel crucial nas primeiras interações sociais das crianças fora do ambiente familiar. Por essa razão, suas práticas pedagógicas devem incluir a afetividade como meio de suprir as necessidades emocionais e proporcionar a segurança necessária para o desenvolvimento cognitivo e físico das crianças pequenas.

Embora exista um reconhecimento crescente sobre as particularidades do trabalho na Educação Infantil e uma abordagem mais centrada na perspectiva ativa da criança, em contraste com a preparação para o Ensino Fundamental, a importância do vínculo afetivo como prática pedagógica significativa no cuidado e educação de crianças pequenas nem sempre é clara para educadores e estudantes de pedagogia. É fundamental compreender a criança como um ser ativo, capaz de reproduzir e criar cultura, e que necessita de interações pessoais positivas baseadas no respeito e cuidado. Isso implica o papel dos cuidadores de criar caminhos para estabelecer uma proximidade individual com os bebês, cultivando uma relação de troca genuína.

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade e, portanto, é essencial que o currículo específico para essa área forneça diretrizes claras que proporcionem boas práticas para cuidar e educar crianças pequenas, incluindo o papel do apego e o desenvolvimento emocional.

REFERÊNCIAS

- ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, n. 113, São Paulo, jul. 2001.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Brasília, 11 nov. 2009.
- CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? Perspectiva, Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11-21, jul./dez. 1999.
- FALK, Judit (Org.). Abordagem Pikler: educação infantil. 2. ed. São Paulo: Ominisciência, 2010.
- FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.
- GONZALEZ-MENA, Janet; EYER, Dianne Widmeyer. O Cuidado com Bebês e Crianças Pequenas na Creche: Um Currículo de Educação e Cuidados Baseado em Relações Qualificadas. 9. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.
- OLIVEIRA, Fabiana de; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Cultura da Infância: brincar, desenho e pensamento. In: ABROMOWICZ, Anete (et al.). O plural da infância: aportes da sociologia. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 39-55.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 16, p. 27-34, abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2021.
- SARMENTO, M. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. 2002. Mimeo.
- THOMPSON, R. A.; GOODVIN, R. The individual child: Temperament, emotion, self, and personality. In: BORNSTEIN, M. H.; LAMB, M. E. (Eds.). Developmental science: An advanced textbook. 5. ed. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2005. p. 391-428.